



v14, n2, 2017
Maio-Agosto
Dossiê Biopolítica

O INVESTIMENTO BIOPOLÍTICO DA INFÂNCIA POR MEIO DO DISPOSITIVO DE INFANTILIDADE, SEGUNDO CORAZZA: CONEXÕES COM O PENSAMENTO FOUCAULTIANO [THE BIOPOLITICAL INVESTMENT OF CHILDHOOD THROUGH THE APPROACH OF CHILDHOOD, ACCORDING TO CORAZZA: CONNECTIONS WITH FOUCAULTIAN PHILOSOPHY]

Eduardo Alexandre Santos de Oliveira

Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste

– UNICENTRO (DEHIS/Irati)

E-mail: tsvmunchen1860@hotmail.com

Ester Maria Dreher Heuser

Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

- UNIOESTE - no curso de Filosofia - Licenciatura, Mestrado e

Doutorado

RESUMO ABSTRACT

Ao reconstruir a história da infância, sobretudo, num âmbito foucaultiano, Sandra Corazza em sua tese intitulada História da infância: a-vida-a-morte e mais-valia de uma infância sem fim cria um dispositivo que infantiliza, o qual intitula dispositivo de infantilidade. Esse dispositivo investe as crianças, no Ocidente, por meio de um conceito de infância que as considera fracas, perigosas e que por tal, devem ser adultizadas corretamente: isso permite constituir os pequenos como um povo por vir (trata-se de um investimento biopolítico). Sendo assim, investiga-se a história desse dispositivo e o investimento que esse faz dos corpos infantis relacionando-o ao pensamento foucaultiano.

In reconstructing the history of infancy, especially in a Foucaultian context, Sandra Corazza in your thesis História da infância: a-vida-a-morte e mais-valia de uma infância sem fim creates a approach that infantilizes, which it calls a approach of infantility. This approach invests children in the West through a concept of childhood that considers them weak, dangerous and therefore must be properly adultized: this allows to constitute the children as a people to come (it is a biopolitical investment). Thus, we investigate the history of this approach and the investment that it makes of children's bodies relating it to Foucaultian philosophy.

PALAVRAS-CHAVE KEYWORDS

Dispositivo de infantilidade;
Sandra Mara Corazza;
Biopolítica; Michel Foucault;
Infância

Approach of infantility;
Sandra Corazza;
Biopolitics; Childhood

Introdução

Numa palavra, segundo Foucault, os dispositivos são máquinas sociais que, por meio do poder e do saber¹, constituem sujeitos para atenderem urgências históricas locais². O filósofo ainda aborda os dispositivos em duas modalidades, quais sejam, o disciplinar e o de segurança: o disciplinar visa o corpo enquanto desempenho; já o de segurança está ligado ao biopoder, o qual atua sobre traços biológicos dos indivíduos de uma população a ponto de constituí-la e programá-la para determinado objetivo: trata-se de uma estratégia biopolítica³.

Pois bem. As técnicas disciplinares e as preocupações para com a saúde das crianças atuam, em diversas instâncias da sociedade, para constituí-las como indivíduos. Significa que, num determinado momento, os pequenos ganharam visibilidade especial.

Nessa visibilidade e também, na enunciabilidade, delimita-se determinado modo de ser, para as crianças, pautado em conhecimentos científicos, para que, presas nessa perspectiva, sejam desenvolvidas sob esse poder-saber. Assim, é inventado, reverberado e dito o conceito de infância.

Para a infância constituiu-se certo mundo no qual se enquadram as crianças. Trata-se de cuidados dos mais variados modos, como por exemplo, preservem-lhes numa sexualidade diferenciada; impedirem-nas de trabalharem – embora contemporaneamente, existam trabalhos infantis que sejam permitidos, tais como em telenovelas – sob o saber de que tal ato compromete seu desenvolvimento; devem aprender determinados saberes nas idades cabíveis; entre outros. Por que se edifica esse mundo infantil? Por que se deve obter cuidado para com elas? Ora, as crianças são vistas como o futuro da população e, assim, visa-se protegê-las a fim de trabalhar sobre elas a ponto de constituí-las como povo por vir.

Dessa maneira, percebe-se que edifica-se sujeitos – as crianças – por meio da condição da infância. Se as constitui sobre determinada perspectiva, é notório que essas são investidas por dispositivos. É a partir daí que se remete a tese de Sandra Mara Corazza, intitulada *História da infantilidade: a-vida-a-morte e mais-valia de uma infância sem fim*.

Nela, a pesquisadora inventa o dispositivo que infantiliza ao traçar determinada história da infantilidade. Nessa história são apresentados aspectos de como se formou o infantil nas sociedades ocidentais e como ele se mantém em funcionamento nas práticas dos

1 No momento que um saber é edificado e considerado verdadeiro, é disseminado em diversas instituições. Tal saber justifica o exercício de poder o qual consiste em ações sobre ações que fabricam os indivíduos. No dispositivo do exército, por exemplo, quando o comandante observa seu comandado manuseando seu arsenal de maneira considerada incorreta, pode repreendê-lo e corrigi-lo fazendo-o carregar sua arma na forma apropriada. Nesse caso, essa é uma ação do comandante sobre a do comandado que se pautou em um saber considerado verdadeiro, como por exemplo, que a má postura comprometem desenvolvimento e movimento do corpo: assim o militar será formado de acordo com a postura certa e, também, pensará a partir desse saber.

2 Os dispositivos podem ser táticos e estratégicos. A escola, por exemplo, é tática que participa da estratégia de infantilização, de sexualidade, mas também é estratégia de sequestro da infância.

3 Há também um terceiro modo de dispositivo, o jurídico, que se encarrega de edificar leis que servem como táticas que contribuem para sequestrar indivíduos para os dispositivos de poder-saber.

dispositivos de poder-saber.

O estudo de Corazza aborda o dispositivo de infantilidade como algo estratégico, que está ligado ao poder e ao saber que deles nasce, mas que também os condicionam. Ele se ligará a

[...] uma série de técnicas, estratégias e sistemas deste e de outros dispositivos, para corroborar a instalação e a existência de um mesmo objeto: o qual é formado assim na conjunção de vários tipos de condições, regras, condutas, relações e saberes, discursivos ou não; e que nos faz dizer a verdade particular do infantil, das crianças e da infância, nossa e das/os outras/os. (CORAZZA, 1998, p. 300).

Se um dispositivo tem como finalidade atender uma urgência histórica local e construir sujeitos, o dispositivo de infantilidade também fabrica os indivíduos que são investidos por ele, as crianças. Entretanto, isso não significa que os adultos encontram-se fora desse dispositivo. Muito pelo contrário: esses, um dia, foram submetidos ao poder-saber da infantilidade e, conseqüentemente, constituídos como sujeitos. Outra consideração que também se pode fazer, de como o adulto é integrado a esse dispositivo, refere-se à noção de infância que se edifica: observada como algo que necessita de cuidados, que é pueril, fraca, débil, essa ideia contribui para que a psiquiatria, por exemplo, investigue o quanto de criança ainda há em cada adulto.

Mas, por ora, deixa-se o saber da psiquiatria de lado e foca-se no eixo poder-saber-estratégia-investimento político do dispositivo de infantilidade. Em que consiste sua função estratégica? O que ele faz? Analisam-se, a seguir, tais questões de forma a relacionar o dispositivo de infantilidade às perspectivas apresentadas por Foucault em torno do conceito de dispositivo por ele criado.

O Indecidível do Dispositivo de Infantilidade

Para discorrer sobre o dispositivo de infantilidade deve-se, obrigatoriamente, levar em consideração o aspecto do biopoder. A segurança (dispositivo) está ligada ao biopoder que regula os aspectos biológicos de um determinado povo, e pode-se planejá-lo para o futuro. No caso da degenerância da espécie, a medicina e a família participam como dispositivos reguladores da sexualidade para constituir, por meio de processos de correções disciplinares, certa população saudável. Numa palavra, a população tem seus traços biológicos regulados por dispositivos de segurança, que invadem os disciplinares e jurídicos de modo a reativá-los, visando sua subsistência, o que permitirá planejá-la.

Porque o biopoder regula e planeja a população que se desenvolveu a preocupação com o infantil.⁴ As crianças são parte da população e seu fenômeno está ligado diretamente

4 Segundo Corazza “[...] a infância não foi constituída como prática discursiva e não-discursiva por efeitos de mudança na ‘mentalidade’ das famílias, [...] nem foi uma mudança nas estruturas



a questões econômicas, de natalidade, de mortalidade, aspectos do meio que podem ser modificados pelos dispositivos de segurança. Dessa forma esses pequenos são colocados em estratégias de intervenção política, almejando que seus corpos vivam, produzam, sejam moralizados, enfim, educados. Em outros termos, devido à população, passa-se a requerer cuidados especiais dos adultos para com as crianças e por tal emergência, uma série de dispositivos entram em consonância para protegê-las: o médico que cuida de sua saúde, a família e a escola que a observam e a educam, o jurídico que formam leis para protegê-las, entre outros.

Engana-se, contudo, quem afirma que as práticas para com os corpos das crianças iniciaram somente devido aos cuidados para com a população⁵. Os mecanismos do dispositivo de infantilidade são antigos, são efetuados de diferentes modos ao longo da história. Os mecanismos desse dispositivo, num primeiro momento, submetem os corpos das crianças para transformá-los em adultos. Entretanto, a subordinação dá-se de maneira um tanto quanto estranha, pois, ao mesmo tempo em que fabrica a infância e as crianças, as destrói. É a incerteza desse dispositivo, ou como diz Corazza, o indecível (*Khôra* – apófase)⁶ da-vida-da-morte:

[...] indecível que não pode ser apreendido pelas oposições binárias, não é nem a morte/nem a vida, nem vital nem mortal, sendo ao mesmo tempo ou bem vida ou bem morte, ou bem vital ou bem mortal: o indecível do dispositivo de infantilidade [...] produziu a-vida-a-morte da infância e das crianças. (CORAZZA, 1998, p. 338).

educativas em que a escola substituiu a aprendizagem como meio de educação, chamando as crianças à razão, através de um grande movimento de moralização promovido pelos reformadores católicos e protestantes, ligados à Igreja, à Lei ou ao Estado [...] mas se tratou, isto sim, das novas práticas do biopoder, ligadas aos emergentes mecanismos de governamentalidade das populações e dos indivíduos.” (1998, p. 448-449).

5 É interessante observar que existem pesquisas que apontam a existência da infância anterior ao período em que se começa a problematizar a população. Nas investigações de Corazza, por exemplo, há estudos de obras sobre a história da infância que abordam tais assuntos e também outros que se opõem a essas posições. Há pesquisadores como Pollock (1983) que afirmam que não havia infância anteriormente ao século XVII; Le Roy (1975), por exemplo, não admitia a negação da infância no período pré-moderno, assim como Marwick (Cf. CORAZZA, 1998, p. 324), que também se posiciona de forma contrária à ausência da infância quando explicita que os pais se preocupavam com a sobrevivência de seus filhos e, quando esses nasciam, eram tidos por eles como seres que necessitavam de proteção. Para maiores detalhes sobre esses e outros estudos ver: Corazza, 1998, p. 305-346.

6 *Khôra*, explicitada por Platão no *Timeu* (2005), segundo Derrida (1995a), desafia a lógica da binaridade: “Não sendo nem sensível, nem inteligível, a *khôra* pertence a um terceiro gênero; sobre ela não se pode nem mesmo dizer que não é nem isto, nem aquilo, ou que é ao mesmo tempo isto e aquilo.” (CORAZZA, 1998, p. 337). A Apófase, também para Derrida (1995b) é voz que não toma parte definitivamente dizendo uma coisa e seu contrário “Deus que é sem ser ou Deus que (está) além do ser. Sim e não. Então a frase apofática não será somente equívoca, mas dotada de um equívoco essencial, significante, apenas decisivo em sua própria indecidibilidade.” (CORAZZA, 1998, p. 337). *Khôra* e apófase, segundo Corazza, são indecíveis.

Nas investigações genealógicas de Corazza, no âmbito da *Herkunft* (procedência)⁷, observam-se práticas de manipulação dos corpos das crianças as que permitem abordar esse indecível da-vida-da-morte, além de que, fazem uma primeira relação do dispositivo de infantilidade com o pensamento de Michel Foucault, o cruzamento do poder e o saber na submissão do corpo.

Antes de subordinar os corpos das crianças às estratégias de utilidade e docilidade, tal como se percebe na esfera da sociedade disciplinar do século XVIII – e também na Roda dos Expostos, que é abordada adiante – o corpo foi, segundo Corazza, historicamente assujeitado⁸ em três modalidades: dormindo/morto, imobilizado e afastado. Nessas formas de sujeição os pais representam o poder de *potestas*⁹ no interior da família. As diversas técnicas utilizadas nessas perspectivas produziram o que a pesquisadora chama de infância servil, dependente, sujeitada para ser controlada. São técnicas discursivas e não-discursivas que produzem sujeitos dependentes e adultizados. Essas técnicas, na contemporaneidade, são consideradas desumanas, mas depois entram nos dispositivos de segurança e se tornam obsoletas quando o intuito é o bom cuidado dos pequenos. Entretanto, foram as primeiras maneiras de sujeição dos corpos infantis.

Dormindo/morto: investigando os estudos de DeMause (1995), Lyman Jr. (1995) e outros, a pesquisadora apresenta que o sentimento de ternura dos pais para com os filhos era frequente quando esses últimos nada pediam, ou seja, quando estavam mortos ou dormindo. Encontrando-se acordadas, poderiam ser tidas como crianças-estorvo e, quando isso sucedia, os pais as agrediam fisicamente de modo que poderiam até matá-las. Eram violências das mais variadas espécies tais como deixá-las passar fome, abandoná-las em lugares para que animais as comessem, banhá-las em águas com temperaturas

7 Nas palavras de Foucault, conforme Corazza, “Para *Herkunft* – de Nietzsche, em *Para além de bem e mal* [...] – por Foucault: ‘é o tronco de uma raça, é a proveniência; é o antigo pertencimento a um grupo – do sangue, da tradição, de ligação entre aqueles da mesma altura ou da mesma baixaza [...]’. Trata-se de “[...] descobrir todas as marcas sutis, singulares, subindividuais que podem se entrecruzar nele e formar uma rede difícil de desembaraçar; longe de ser uma categoria da semelhança, tal origem permite ordenar, para colocá-las a parte, todas as marcas diferentes.” (1998, p. 382). A *Herkunft* do trabalho de Corazza visa “[...] reencontrar, seguindo Foucault, sob o aspecto único do conceito ‘infantil’ a proliferação dos acontecimentos “através dos quais (graças aos quais, contra os quais) eles se formaram [...]” (1998, p. 382). Trata-se de “[...] manter o que se passou com o infantil, na dispersão que lhe é própria, demarcando os acidentes, os pequenos desvios, e também as inversões completas – ‘os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos’ – que deram ‘nascimento’ à infância que existe e tem valor para nós, descobrindo que, na raiz do que conhecemos sobre ela e daquilo que somos enquanto ‘infantis’, não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente.” (CORAZZA, 1998, p. 382).

8 Pelo poder e preso à sua própria identidade (Cf. CORAZZA, 1998, p. 410).

9 Até a Idade Clássica, havia o poder de *Patria Potestas* pelo qual o pai tinha o direito de morte sobre os filhos. Em Roma, por exemplo, quando um filho nascia, o pai o elevava, gesto esse que representava que ele o aceitaria como filho e o cuidaria; caso tal gesto não ocorresse, significaria o contrário e, quando isso se sucedia, abandonava-se a criança (Cf. CORAZZA, 1998, p. 382-383). O poder do pai era assemelhado ao direito de *Patria Potestas* do rei, que podia dispor da vida de seus súditos, conforme Foucault apresenta em *Vigiar e punir*. No aspecto do poder de *Potestas* no interior da família, mostra-se que esse era exercido tanto pelo pai quanto pela mãe com reais intenções de dispor da vida de sua prole.

inapropriadas, entre outras¹⁰.

Os desejos de morte dos pais para com os filhos conviveram com medidas que visavam assegurar suas vidas: na Grécia Antiga, por exemplo, os pais enfaixavam as crianças e as colocavam num berço repleto de amuletos com o intuito de protegê-las de males que espíritos ruins ou ventos frios poderiam provocar – prática sustentada por saberes considerados verdadeiros naquele tempo e espaço.

É o corpo submetido, quieto, não causando problemas aos adultos. Por essa perspectiva observam-se os aspectos da-vida-da-morte da criança: os pais exerciam o poder soberano do fazer morrer quando consideravam os pequenos inconvenientes, mas também, o poder de fazer viver quando eram protegidos.

Imobilizado: analisando os estudos de Marwick (1995) e DeMause (1995), Corazza apresenta que havia certa forma de sujeição corporal infantil que era comum nos séculos XVI, XVII e que se estendeu, também, até o XVIII: é a técnica do enfaixamento. Enfaixavam-se os corpos das crianças e os colocavam num canto onde não atrapalhassem os adultos: no século XVII, por exemplo, após imobilizá-las penduravam-nas em ganchos fixos nas paredes para que não ficassem no meio do caminho.

A imobilização era efetuada com vários propósitos, sobretudo, para impedir que se movimentassem bruscamente – pautada no saber que tal ato apresentava perigo para si – além de que, sob determinados saberes, buscavam moldar-lhes os corpos esticando os membros, mantendo-os retos, enfaixando-os, para dar-lhes uma forma humana: evitava-se, até mesmo, que engatinhassem para que não se assemelhassem a animais quadrúpedes. Quando liberadas do enfaixamento, ainda eram sujeitadas aos adultos, mas, desta vez, às pancadas que lhes eram corretivas¹¹.

Ao observar a prática de imobilização é possível fazer os seguintes apontamentos: ela consiste em formas de adultizar as crianças, pelo fato de moldar-lhes os corpos para parecerem com os de um adulto; são táticas de vida, pois se tentava protegê-las de si mesmas e, também, de morte, pois, mesmo com a pretensão de dar segurança, havia grande número de crianças que morriam nessa investida.

Afastado: observando os estudos de DeMause (1995), Badinter (1985), entre outros, a pesquisadora apresenta que era comum em vários países, sobretudo na França, famílias enviarem suas crianças para serem amamentadas por amas de leite¹². No Brasil, também

10 Na Grécia e Roma antigas, por exemplo, os pequenos eram sacrificados em honra aos deuses. Na Alemanha, eram enterrados em fundações de construções para fortalecer as estruturas. Observa-se aí, o exercício de poder soberano dos pais no interior da família para com as crianças: o direito de morte dos filhos.

11 “Ariès escreve que a história da disciplina do século XIV ao XVII permite fazer duas observações importantes: a primeira é a da ‘disciplina humilhante’, promovida pelo chicote e a delação mútua em benefício do mestre; a segunda é a dilatação da idade escolar submetida ao chicote: reservado de início às crianças pequenas, estendeu-se a toda população escolar.” (CORAZZA, 1998, p. 417-418).

12 “[...] havia uma espécie de circuito que fazia com que as crianças nascessem umas após as outras. Com efeito, a tradição médica e popular dizia que uma mulher, quando estivesse aleitando, não tinha mais o direito de manter relações sexuais, do contrário o leite se estragaria. Então, as mulheres, sobretudo as ricas, para poderem recomeçar a ter relações sexuais e assim segurar seus

havia essa prática: quando se sucedia, enviavam-se filhos às escravas que possuíam leite.

O problema de serem amamentadas por amas consistia na existência de elevada taxa de mortalidade infantil, principalmente, devido à contração de doenças provenientes dessa modalidade de serviço, tal como a sífilis. Muitas crianças morriam nesses aleitamentos terceirizados. Quando sobreviviam, voltavam para casas, mas, ainda eram mantidas afastadas: dessa vez, ficavam sob cuidados das chamadas amas secas. Certamente, o envio de crianças às amas não era a única medida para afastá-las dos pais. Na Inglaterra, por exemplo, as crianças ricas eram enviadas a castelos normandos para aprenderem francês e boas maneiras. Já as pobres eram direcionadas para colher, levar recados, entre outras atividades similares.

Essas formas de afastamento das crianças são aspectos de sua vida-morte: no caso do aleitamento, os pequenos eram enviados para serem criados por alguém, pelo fato da dependência de cuidados, ou seja, visualizavam-se os pequenos como alguém que lhes era diferente. Entretanto, essa criação podia ocasionar morte, tal como pela aquisição de doenças. Observa-se também sua adultização: no caso dos ingleses, elas aprendem os considerados bons modos e a educação dos normandos, aprendem a se portarem como eles. Trata-se de uma forma de educação que nada mais é do que torná-las adultas: nessa perspectiva, consideram-nas alguém que não lhes é diferente.

A partir dessas três formas de sujeição dos corpos infantis, podem-se fazer, ao menos, duas constatações. É observável a-vida-a-morte das crianças no sentido biológico: as práticas, ao mesmo tempo em que permitem que as crianças vivam, também as matam. São práticas construídas por saberes de cada época que justificam o poder de submissão dos corpos das crianças para os esculpirem, controlá-los. Posteriormente, quando se leva em consideração a população – o poder de fazer viver – as maneiras de subordinação desses corpos entram em práticas de segurança (biopolíticas) que permitem melhor regulação dos pequenos. Mas isso não significa que contemporaneamente, o dispositivo de infantilidade não atue nesse indecível: no capítulo dois da tese de Corazza, são apresentadas notícias que relatam sobre as muitas crianças que são abandonadas à própria sorte pelo fato de serem dependentes e exigirem dos adultos determinados cuidados: são as crianças-estorvo, não imóveis, que acabam por ser mantidas afastadas; são os pequenos que são espancados para serem corrigidos, assassinados por serem considerados tormentos, entre outros.

A segunda constatação que se pode fazer é sobre a vida-a-morte da criança e da infância no sentido de ideia de infância e criança. O dispositivo de infantilidade produz duas

maridos, enviavam seus filhos para a ama de leite. Havia uma verdadeira indústria do aleitamento. As mulheres pobres faziam isto para ganhar dinheiro. Mas não havia nenhum meio de verificar como a criança estava sendo criada, nem mesmo se a criança estava viva ou morta. De tal forma que as amas de leite, e sobretudo os intermediários entre as amas e os pais, continuavam a receber pensão de um bebê que já tinha morrido. Algumas amas tinham um índice de dezenove crianças mortas em vinte que lhe haviam sido confiadas. Era terrível! Foi para evitar esta desordem, para restabelecer um pouco de ordem, que se encorajaram as mães a aleitar seus filhos. Imediatamente acabou a incompatibilidade entre a relação sexual e o aleitamento, mas com a condição, é claro, de que as mulheres não ficassem grávidas imediatamente depois.” (FOUCAULT, 1979, p. 275-276).

OLIVEIRA, E. A. S.; HEUSER, E. M. D. O investimento biopolítico da infância... p. 231-248.



formas de infância: a dependente e a infantil-adulta, formas essas que se cruzam no que, se pode chamar de infância dependente de adultização. “Pois não é de se espantar que o infantil, sujeitado, sob múltiplas formas, pelo dispositivo de infantilidade como dependente ao Outro, foi adultizado justamente pelo tipo de sujeição que lhe objetivou?” (CORAZZA, 1998, p. 438).

É isto o indecível da-vida-da-morte da infância, pois, mesmo que sejam tidos como diferentes, os pequenos são submetidos a modalidades de adultização, ou seja, são colocados como alguém que não é incompatível com os adultos. Ao mesmo tempo em que as técnicas de submissão fabricam a identidade, a ideia de criança-dependente, edificam o infantil-adulto. No final do século XX, quando a pesquisa de Corazza foi produzida, e no início do século XXI, o dispositivo de infantilidade também se efetua nesse indecível: conforme o segundo capítulo da tese de Corazza em que há relatos, entrevistas e outros documentos investigados que apresentam crianças subordinadas aos adultos para agirem como tais: malham com os pais para obterem corpos perfeitos, são levados a salões de beleza, trabalham. Ou seja, se hoje se observam essas formas de infantil adulto, pelas técnicas de sujeição abordadas em dormindo/morto, imobilizado e afastado, percebe-se que esse aspecto da criança crescida não é tão contemporâneo quanto se pensa.

A submissão do corpo da criança produziu sua vida-morte bem como da infância: ao mesmo tempo em que se fabrica a infância e a criança, elas são destruídas (tanto no sentido biológico como de ideia): é o indecível do dispositivo de infantilidade.

Utilização Estratégica dos Corpos: a Roda dos Expostos

Nas análises de Corazza sobre a Roda dos Expostos¹³, observa-se não apenas o indecível do dispositivo de infantilidade, mas também, medidas de como essa instituição racionaliza os corpos das crianças colocando-os em estratégias de governo. Nas três formas de sujeição histórica dos corpos, ainda não havia uma intenção estratégica de instrumentalizá-los: que o corpo era submetido a um poder-saber local, é evidente, mas não em nível de racionalidade política de utilização. Ao discorrer sobre a Roda no âmbito da racionalidade dos corpos, percebe-se que tal dispositivo atua com aspectos disciplinares e de segurança, o que possibilita identificar mais relações entre os pensamentos de Sandra Corazza e Michel Foucault.

Nos séculos XVII e XVIII, determinadas instituições de caridade, das Irmandades de Misericórdia, passaram a ser conhecidas como Casas da Roda. Elas recolhiam crianças que eram expostas nesse dispositivo porque eram rejeitadas pela família por problemas econômicos, por serem concebidas fora do casamento, por apresentarem deficiência, entre outras razões.

13 A Roda dos Expostos consistia num local, de instituições das Irmandades de Misericórdia, onde se abandonavam as crianças rejeitadas.

O nome simples e abreviado de 'Roda' com o qual foram designadas devia-se à adoção do dispositivo onde eram depositadas as crianças: foi o primeiro mecanismo conhecido destinado a racionalizar a recepção das expostas, ordenar e centralizar a antiga prática da exposição indiscriminada. (CORAZZA, 1998, p. 346-348).

Nessas Casas, tal como diz o nome, havia uma roda. Esse instrumento consistia num cilindro de madeira – localizado no meio de uma parede de pedra – preso por um eixo que permitia girá-lo horizontalmente. Do lado de fora, o expositor colocava a criança nesse recipiente, tocava a sineta da instituição para avisar a quem estava na Casa que havia deixado um pequeno e girava esse cilindro para que o entregue passasse para dentro da instituição: dessa forma, não havia contato direto entre quem expunha e quem recebia a criança.

A Roda foi um dispositivo que serviu para:

[...] as seguintes finalidades: evitar o 'mal maior' consubstanciado no aborto e no infanticídio¹⁴; defender a honra das famílias cujas filhas engravidavam fora do casamento; como mecanismo para regular o tamanho das famílias, dado que não havia métodos eficazes de controle da natalidade. (CORAZZA, 1998, p. 354).

A partir disso, observa-se a intervenção do dispositivo jurídico: no Brasil, por exemplo, pela utilidade da Roda em bem atender uma urgência histórica local – receber os expostos para evitar uma série de efeitos indesejáveis – a esfera jurídica determinou que, a partir de 1828, toda cidade que tivesse uma Casa de Misericórdia deveria ter uma roda. “Oficializava-se assim a Roda de Expostos nas Misericórdias, colocando-as a serviço do Estado, ao mesmo tempo em que se incentivava a iniciativa particular a assumir a criação das crianças, liberando as municipalidades.” (CORAZZA, 1998, p. 349). Assim, o funcionamento da Roda, analisada por Corazza, é compatível com o pensamento de Michel Foucault no que diz respeito à contribuição do dispositivo jurídico em formar leis que servem como táticas para atender a necessidade de um determinado local e época.

Certamente, essa forma de abandono não se limitava apenas a depositar crianças no cilindro e girá-lo. Havia todo um processo para recepção das crianças, o que pode ser observado nos procedimentos da Santa Casa de Porto Alegre. A rodeira, que ficava próxima à roda, quando recebia uma criança, a levava imediatamente à regente, geralmente, uma mulher de idade avançada, alfabetizada e considerada prudente, que a examinava prestando-lhe os primeiros socorros. Em seguida, a criança recebia uma chapa numerada e era registrada num livro de matrículas no qual descreviam informações sobre ela.

Depois disso, a regente enviava a criança às amas de leite e de criação. Ambas

¹⁴ Muitas das crianças eram abandonadas em lugares públicos ou em frente a casas de outras pessoas. Nesse abandono, muitas vinham a óbito. Com a Roda, dessa vez, havia uma chance de salvá-las.



eram pagas, respectivamente, para aleitar e auxiliar no cuidado das crianças que ainda permaneciam na Casa da Roda (Cf. CORAZZA, 1998, p. 363-364). No dia seguinte, o médico ou cirurgião examinava a criança, anotava tudo sobre ela e depois a levava ao irmão mordomo, o primeiro funcionário da Casa, um administrador econômico e fiscal e também responsável pela limpeza entre outras funções, que fazia batizá-la: o batismo era uma das principais metas da Roda¹⁵.

Mas havia um problema: as Casas de Misericórdia, no Brasil, por exemplo, não tinham como manter todas as crianças. Era necessária uma maneira para continuar servindo a esfera jurídica de modo a amparar os abandonados. É nesse momento que se pode observar outra compatibilidade entre as investigações de Corazza e Foucault: trata-se da união entre dispositivos para um objetivo estratégico, o que pode ser observado no elo entre os dispositivos da Roda e o familiar. As administrações dessas instituições procuravam “[...] famílias que recebessem as crianças como aprendizes no caso dos meninos, e como empregada doméstica, no caso das meninas.” (CORAZZA, 1998, p. 357). De certo modo, é como se a Roda, rebatesse para as famílias – não exatamente para aquela que concebera aquele corpo exposto – os efeitos negativos que elas produziram para esse dispositivo arcar, ou seja, é como se a Roda houvesse convocado as famílias a cuidarem desses indivíduos.

Os pequenos eram entregues a uma família ou mesmo a uma criadeira¹⁶ que era remunerada para cuidá-los. Essas zelavam por meninas até os oito anos de idade, ou por meninos, até os sete. Caso não entregassem as crianças em até três meses após expirar o prazo ficavam incumbidas de criá-las, sem auxílios financeiros, até que completassem doze anos (Cf. CORAZZA, 1998, p. 365). Mas o que fazer com as crianças devolvidas às Casas da Roda? Nesse aspecto pode-se observar aquilo que Foucault denomina como preenchimento estratégico do dispositivo, mas não no sentido de contrapoder: os meninos eram enviados ao arsenal de guerra onde aprendiam uma profissão; já as meninas, estudavam bordado, as primeiras letras e recebiam um dote, aos dezoito anos, para se casarem.

Antes de seguir com outras relações entre os pensamentos de Foucault e Corazza, nesse momento, pode-se abordar, mesmo que brevemente, o indecível da-vida-a-morte do dispositivo de infantilidade. Os meninos devolvidos, por essas famílias, pelas criadeiras para as Casas da Roda, quando enviados aos arsenais de guerra, muitos morriam¹⁷. Vida-

15 Ver: Corazza, 1998, p. 356.

16 A criadeira era uma profissional que cuidava de uma criança em sua casa. Essa contratava uma ama de leite que, inclusive, podia ser uma de suas escravas.

17 Corazza, ao analisar o trabalho de Marcilio, descreve que nessas “[...] companhias, os meninos viviam ao lado de presos, escravos e degredados; sua alimentação era à base de farinha de mandioca, sendo que a maioria acabava definhando e morrendo. No testemunho de um médico do Rio de Janeiro, que observou os meninos expostos do Arsenal da Marinha, a maioria ‘comia terra’ e tinha ‘o corpo enfraquecido pelos parasitas intestinais’: o menino entrava ‘robusto, alegre, brincalhão, e bem nutrido’ e começava ‘a definhar, emagrecer, tornar-se triste, melancólico e adquirir uma cor pálida, macilenta, terrosa, amarelada... era a tuberculose que se aproximava.’” (CORAZZA,



morte não somente das crianças em seu sentido biológico, mas dela enquanto um ser diferenciado, ou seja, da infância, pois, aproveitar esses pequenos nessa espécie de utilização nada mais é do que tratá-los como adultos, como se não tivessem características que os tornavam diferentes dos maiores. Outra consideração negativa sobre a Roda que se pode apontar deu-se por volta do século XIX, no Brasil, quando se tentou aniquilá-la por meio de discursos embasados no progresso, na ordem e na ciência. Visou-se destituí-la por vários motivos, sobretudo pelas argumentações de médicos higienistas que apontavam o grande número de mortalidade das crianças expostas nesse instrumento. Segundo Corazza, o movimento contra esse dispositivo “[...] inseriu-se também nas lutas pela melhoria da raça humana, levantadas com base nas teorias evolucionistas, pelos eugenistas.” (CORAZZA, 1998, p. 351).

Mas regressa-se à utilidade da Roda. Esse dispositivo, pela forma de preenchimento estratégico que se discutiu, possibilitou uma perspectiva na qual se pode fazer mais uma relação entre o pensamento de Corazza e Foucault: a edificação de saberes de Estado que permite calcular lucros aproveitando essas crianças abandonadas. Em 1873, segundo Corazza (1998, p. 370), um sujeito anônimo que se intitulava amigo do Brasil publicou um projeto com intenção de fazer uma espécie de Fazenda-Escola para a qual encaminhar-se-iam essas crianças a fim de que aprendessem a cuidar da agricultura do país. É uma tática de aproveitamento da força infantil para aumentar as forças do Estado.

A Roda propiciou condições ao Estado de aproveitar os rejeitados como corpos úteis, ou seja, ela trouxe o sonho político da “[...] sociedade disciplinar que [...] o que fazia era positivar e governar de forma disciplinar os corpos infantis expostos que assim se publicizavam.” (CORAZZA, 1998, p. 372). Sendo assim, percebem-se interesses nacionais na instrumentalização desses corpos: torná-los úteis implica uma medida do Estado para assegurar-se: fazer com que esses indivíduos produzam, no interior do país, garantia a autossustentação e a manutenção das forças internas. Sendo assim, “Era missão da polícia garantir que este corpo sobrevivesse, vivesse e inclusive fizesse algo mais do que viver: fosse feliz e útil, e reforçasse a potência do Estado, enquanto população infantil.” (CORAZZA, 1998, p. 374). Quem faz um Estado manter-se é sua população.¹⁸

1998, p. 357).

18 A governamentalidade de Razão de Estado é uma forma de governo da conduta dos homens e suas relações com as coisas, presente no século XVI e XVII. Um Estado buscava nesse período, antes manter-se a expandir-se e, para tal, essa governamentalidade é pensada em dois planos: no externo e no interno. No primeiro, visa-se fazer alianças, reforçar exércitos, fronteiras. Já no segundo, visa-se manter, por meio de estado de polícia, o bem-estar da população, que mantinha as riquezas nacionais. Nas palavras de Fonseca (2002, p. 223), o objetivo da polícia é “[...] fazer com que as forças do Estado cresçam ao máximo, mantendo-se a boa ordem do mesmo. Assim, o que importa à polícia não é exatamente aquilo que os homens *têm* ou aquilo que *são*, mas aquilo que *fazem*. A polícia visa atuar, controlar, gerir as atividades dos homens na medida em que estas têm com o Estado.” [grifos no original]. Embora no século XXI viva-se numa governamentalidade neoliberal, essa forma de Razão de Estado não desapareceu. Mesmo que os cálculos das coisas sejam elaborados pelos diversos saberes que não sejam do Estado, a ele serão elevados, o qual elaborará leis para legitimar certas formas de poder que o manterão. Para maiores esclarecimentos sobre Razão de Estado ver: FOUCAULT, M. Aula de 15 de março de 1978; Aula de 22 de março de 1978. In: *Segurança território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

OLIVEIRA, E. A. S.; HEUSER, E. M. D. O investimento biopolítico da infância... p. 231-248.



Sob essa perspectiva, visa-se a formação do corpo infantil disciplinado. Mais do que isso. Almeja-se, também que seja moralizado. Por quê? Se isso ocorre, quando a criança atinge a idade adulta forma família constituída no mesmo âmbito. Trata-se de uma moralização, sobretudo sexual, pois, como não considerar tal assunto se o corpo desses expostos infantis fora concebido nessas relações e, que, muitas vezes eram ilegítimas? Nessa abordagem, torna-se observável a noção de dispositivo voltado para o futuro.

Portanto, governar os corpos infantis, moralizando-os, disciplinando-os, entra cada vez mais numa racionalidade estratégica. Entretanto, a situação não se limita à esfera da constituição de futuras famílias. É necessário educá-los de modo a agirem racionalmente na sociedade, ou seja, torná-los responsáveis por si mesmos. Para constituí-los como sujeito desse tipo, era necessário monitorá-los e, na Roda, esses eram submetidos a campos de visibilidade:

[...] as janelas da torre central de todas as Santas Casas, a luz dos refeitórios, a contraluz das salas de banhos, o candeeiro sempre aceso dos quartos de dormir, as camas com espaços brancos entre elas – próximas, mas sempre separadas. O visível finalmente do infantil, não mais obscurecido por monturos de lixo, soterrado por trapos, escondido em terrenos baldios, sendo tragado pela escuridão das goelas dos cães e dos porcos, fechado em cestas calafetadas com betume e piche; não mais desordenado como no infanticídio, mas diagramando toda sua vida, implantando seu corpo nos espaços, distribuindo-o em relação aos outros, organizando-o hierarquicamente, dispondo-o conforme os centros e os canais de poder, definindo-o de acordo com as formas de intervenção, assistência, caridade, impondo as tarefas, as dívidas, as culpas. (CORAZZA, 1998, p. 379).

Nesse campo de visibilidade anotava-se o comportamentos de cada criança até o final de sua vida: tal técnica consistia numa maneira de fazer com que o “[...] infantil se confessasse e finalmente assumisse em toda extensão e intenção o visível e o enunciável da denominação genética e corrente que lhe fora atribuída há muitos séculos atrás: a de CRIANÇA EXPOSTA.” (CORAZZA, 1998, p. 380) [grifo no original]. Essa forma documental entrava em consonância com a população, pois, os saberes edificados sobre ela estavam a serviço da família do sexo heteroconjugal, da moral pública, da sociedade ameaçada pelas crianças expostas (Cf. CORAZZA, 1998, p. 379).

As Casas da Roda, certamente, formaram um contexto infantil: suas técnicas, segundo Corazza, entram no comportamento das crianças que as tornam um novo objeto de conhecimento, no momento que exerce funções de educação, de moralização, de saneamento, entre outras. A Roda edificou medidas administrativas sobre o corpo da criança que:

[...] sem dúvida nenhuma, faz parte das camadas históricas da história da infantilidade, por materializar, na dura realidade do cilindro giratório,

engastado em uma moldura de pedra, que da rua mal se via, os arranjos d'a-vida-a-morte do infantil e da mais-valia dos quais forneceu ambas as fórmulas. Tendo passado pela madeira escura da Roda, o infantil moderno finalmente ingressara na Casa de Vidro do panoptismo, toda ela atravessada e penetrada por mecanismos disciplinares. (CORAZZA, 1998, p. 381).

Sob essas perspectivas fazem-se os seguintes apontamentos que permitem aproximar os pensamentos de Corazza e Foucault. O dispositivo disciplinar: a Roda, local fechado, cortado por normas possibilita observar a criança, anotar sobre seu comportamento e edificar um saber sobre o infantil; dispositivos de sexualidade e de aliança¹⁹: moralizar, orientar as crianças para o casamento de forma que venham a cuidar de seu sexo, pois, essas foram concebidas, muitas vezes, em relações ilegítimas; dispositivo de segurança: os expostos podem ser considerados como massa flutuante, perigosa, como Foucault apresenta em *Microfísica do poder, Vigiar e Punir* e em *Os anormais*: podiam contribuir com o aumento dos malefícios para a população, no sentido de disseminarem uma prole degenerada, além de se constituir como malfeitores, o que colocaria a vida de outros indivíduos em perigo. Portanto, controlá-los, privilegiaria a segurança da população a qual permite um Estado se manter. Dominá-los implica, também, aumentar as forças do país e sua autossustentação.

Não apenas pelas técnicas da antiga forma de sujeição dos corpos infantis, como pela submissão estratégica abordada na Roda, a própria Roda e outros dispositivos construíram uma noção de infância: a de que ela é dependente de adultização. Sendo assim, o monitoramento dos pequenos dá-se sob uma série de dispositivos que visam adultizá-los sob certos saberes considerados verdadeiros. Esse bem adultizar entra numa racionalidade estratégica com propósitos de assegurar certa população e, conseqüentemente, o Estado que ela habita: dominar os corpos infantis, investindo-os para que sejam bons adultos, propiciaria tal realização estratégica.

Controle e Autocontrole

Se pela vida-morte nota-se que a infância é constituída de modo dependente, carente de adultização, ela é adultizada e, por tal motivo são edificadas instituições para atender a urgência. Em outras palavras, se o infantil é visualizado desse modo, significa que é diferente do adulto e, por tal razão, os maiores devem dedicar uma atenção especial para com as crianças em todas as partes da população. Dessa forma, a escola, a medicina, a psiquiatria, a família, e outros campos são convocados a proteger os pequenos, que são

¹⁹ O dispositivo de sexualidade foi investido por dispositivos estratégicos da histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquitriação do prazer perverso que produzem o conceito de sexualidade nas sociedades ocidentais. Esse dispositivo prevalece sobre o de aliança que se caracteriza em modelos de fixação, contudo, não o substituiu. Ver FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.



o futuro da população. Tudo isso porque a infância – e sua importância – é colocada à luz da biopolítica por se problematizar a população.

Grande importância é atribuída à problematização do infantil pela biopolítica. Se não o fosse, o dispositivo de sexualidade, por exemplo, não poderia ter sido edificado. Essa afirmação sustenta-se na análise dos quatro conjuntos estratégicos que Foucault apresenta sobre tal dispositivo. A histerização do corpo da mulher: “[...] sem a infância e as crianças constituídas pelo dispositivo de infantilidade, tal conjunto poderia estrategicamente ter sido definido?” (CORAZZA, 1998, p. 503); pedagogização do sexo das crianças: “Sem as crianças, o sexo infantil – também o sexo dos adolescentes, dos homens e das mulheres, distribuídos por oposição à condição do sexo das crianças – poderia ter sido pedagogizado?” (Ibidem); socialização das condutas de procriação: “[...] de quem mais se trata, mais uma vez, aqui centralmente, se não das crianças?” (CORAZZA, 1998, p. 504); Psiquiatrização do prazer perverso: essa visa à normalização das condutas por parte de psicanalistas, psiquiatras, que buscam na infância a causa da anormalidade sexual²⁰. Todas essas estratégias dizem respeito ao investimento político do corpo, que começa desde a infância para ser constituída uma boa população que, como abordado – entre uma infinidade de análises que poder-se-ia investigar – propicia a sobrevivência de um Estado formado por corpos saudáveis, úteis, moralizados, educados, entre outras qualidades.

Pela preocupação para com o infantil com o intuito de assegurar a população, não mais são admitidas nesse poder sobre a vida, a violência de morte do corpo – conforme o poder de *potestas* no interior da família – e sim, uma forma de coerção que “[...] passasse pela norma e pela disciplina, e também pelas penalidades, que podiam ser ou não corporais. Assistia-se a uma passagem do antigo corpo submetido pelo castigo a um corpo controlado e autocontrolado.” (CORAZZA, 1998, p. 449).

É nesse controle e principalmente no autocontrole do corpo que, por ora, esta pesquisa se deterá, a fim de estabelecer mais uma relação entre o pensamento de Corazza e Foucault. Ao esquadrihar a população, para edificar saberes sobre a melhor idade para se casar, frequência das relações sexuais, organização da família, entre outros, observa-se o infantil. Nas escolas, nas famílias, em todas as instâncias da sociedade há formas de controlar o sexo da criança: ela será observada, no século XVIII, para evitar com que se masturbe – sob o saber de que o indivíduo que cometia tal ato desinteressava-se pelo casamento o que, conseqüentemente, teria implicações negativas sobre a natalidade além de provocar o desenvolvimento de doenças degenerativas²¹.

20 Corazza ainda diz que essa perspectiva permite que se especule sobre a adultez como por exemplo nas argumentações de Freud e de outros psicanalistas que afirmaram que determinados problemas dos indivíduos adultos ocorrem em virtude de aspectos sexuais ocorridos na infância. Ver: Corazza, 1998, p. 463-475.

21 “Não é com uma vida adulta perdida de depravação e de vício que se ameaçam as crianças, quando se impede que elas se masturbem, mas com uma vida adulta tolhida pelas doenças. [...] Ela é causa de encefalite e de inflamação das meninges – diz Payn em seu *Essai sur l'encéphalite*. Ela é causa de mielite e de diferentes danos da medula espinhal – é o que diz Dupuytren num artigo para *La lancette française*, em 1833. Ela é causa de doença óssea e de degeneração dos tecidos



Não apenas isso. Buscam-se maneiras de fazer a criança se confessar sobre seu sexo. Quer-se dizer com isso que o controle da criança não se finda na perspectiva de monitoramento dos dispositivos. Certamente é inegável a exigência da observação das instituições, entretanto, essa forma de controle não é suficiente. Pelo fato de que, como diz Foucault, um dispositivo não produz sempre os efeitos esperados, ou pelo modo, como diz Deleuze em *O que é um dispositivo?* (2011, p. 1 e 3), que um dispositivo possui fissuras, falhas, pelas quais tais efeitos podem escapar, a função das disciplinas devem possuir um caráter extremamente profundo: visa-se não apenas o controle, mas o automonitoramento, o autocontrole, a autodisciplina. No caso da sexualidade, vigia-se e anuncia-se sexualmente o que implica a constituição de um sujeito que domina a si mesmo.

Toma-se um exemplo extraído de Corazza quando discute a sexualização da pedagogia e a moralização do sexo. No livro de Rousseau intitulado *Emílio* (2004) são apontadas maneiras para a boa educação do menino Emílio, entretanto, não apenas a sua: há uma educação diferenciada para sua noiva, a menina Sofia. Para ela, caberia ser agradável ao noivo, fiel, possuir paciência para educar e amamentar corretamente seus filhos, entre uma série de outras indicações – todavia, isso não excluiria certas responsabilidades do homem para com ela. Isso significa que Sofia, foi inclusa no discurso pedagógico e dessa forma, deveria ser educada.

Agora, observa-se um dos modelos da figura do tipo de Sofia:

O langor de Sofia aumentava e sua saúde começava a alterar-se. Sua mãe, inquieta com a mudança, resolveu descobrir a causa. Chamou-a de lado e apelou para a linguagem insinuante e carinhos invencíveis que só a ternura materna sabe empregar.

Pudor: Longe de esconder suas tristezas à mãe, Sofia desejava-lhe tê-la como consoladora e confidente; mas o pudor impedia-a de falar, e sua modéstia não encontrava a linguagem para descrever um estado tão pouco digno dela quanto à emoção que lhe perturbava o espírito.

A confissão: O próprio pudor servindo de indício, sua mãe arrancou-lhe a humilhante confissão. A mãe consolou-a, lamentou-a, chorou com ela. Sofia era demasiadamente bem comportada para que sua mãe encarasse como um crime um mal que somente a virtude tornava tão cruel [...].

A resposta: A resposta era simples. Sofia precisava de um amante, mas esse amante devia ser seu marido. Ela hesitava: não é fácil escolher um senhor para a vida inteira. Ela procurava um homem e só encontrava macacos. Procurava uma alma e não encontrava nenhuma. (CORAZZA, 1998, p. 549).

O que se percebe? Para Sofia, foi constituída uma sexualidade, na qual ela passa a ser educada e, nessa construção, a menina se enuncia, confessa aquilo que incomoda. Ela não é, necessariamente, monitorada por um terceiro – pela família ou outro dispositivo – que lhe arranca as declarações por um instrumento de exame. Ela mesma se coloca na posição de quem necessita confessar algo para se libertar de um determinado pesar. Ela se vigia, domina a si e se guia na sexualidade que lhe fora edificada.

ósseos – diz Boyer em *Leçons sur les maladies des os*, em 1803.” (FOUCAULT, 2011, p. 301-303).

OLIVEIRA, E. A. S.; HEUSER, E. M. D. O investimento biopolítico da infância... p. 231-248.



Todavia, essa autoposse não é daquelas que permeia os âmbitos estóicos, helenísticos, como se encontra na tradição filosófica, mas um domínio que ocupa o âmbito cristão, de salvação, de confessar aquilo que se passa em seu interior de forma que renuncia-se a si e passa a se constituir como sujeito educado e sexuado. É nesse “[...] ‘domínio de si’, pelo qual o infantil é investido.” (CORAZZA, 1998, p. 450)²².

Conforme Corazza, o infantil é preso numa identidade que necessita de adultização. Sendo assim, é disciplinado para que haja autocontrole. Ele se controla e se regula de acordo com um campo instituído como verdadeiro, como por exemplo, a esfera da sexualidade. É no guiar-se nesses campos que é permitido laborar os corpos a ponto de instrumentalizá-los.

Considerações finais

O dispositivo de infantilidade está ligado ao biopoder o qual, na medida em que visa fabricar e planejar uma população – tal como se observou no aspecto da sexualidade: melhor idade para se casar, formas de constituir famílias, frequência das relações sexuais – acaba por dar visibilidade ao conceito de infância (infância esta que foi tida como débil, frágil, que deve ser corretamente adultizada) e, a partir dele, educam-se as crianças. Pelo fato de a infância ser concebida desse modo, visa-se torná-la menos infantil, menos débil, desenvolvê-la sob saberes considerados verdadeiros, para que os infantis alcancem a correta adulez: que sejam biologicamente desenvolvidos, que ajam numa moral e que se automonitoram. Por se visar constituir as crianças nesse conceito de infância e por se buscar adultizá-las de modo a responsabilizá-las, o dispositivo de infantilidade atua no seu indecidível, no aspecto da-vida-da-morte. Ao mesmo tempo em que ele busca fabricar a infância e as crianças, as matam, tanto no sentido do conceito – pois se visa adultizá-las – quanto no sentido biológico, pois, ao convocar toda a sociedade para protegê-las fabrica-se efeitos de contrapoder (repúdio, impaciência para com elas) o que possibilita e, também justifica, seu abandono o que pode leva-las à morte.

O investimento das crianças nesse conceito de infância está ligado à população: elas são como um povo por vir, o que significa que ao investi-las no poder-saber da infantilidade constituem-se futuros sujeitos de uma população. Trata-se de sujeitos disciplinados e biologicamente desenvolvidos. Sendo assim, empreender os corpos infantis significaria constituir uma população futura, que responderia a uma governamentalidade. Trata-se da Razão de Estado, arte de governar que busca propiciar subsistência aos indivíduos que mantêm o Estado que habitam.

22 Sobre o domínio de si na perspectiva dos estóicos e helenísticos ver: FOUCAULT, M. *Hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.



REFERÊNCIAS

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CORAZZA, S. M. *História da infânilidade: a-vida-a-morte e mais-valia de uma infância sem fim*. 1998. 619f. Tese (Doutorado em Educação)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

DELEUZE, G. *O que é um dispositivo*. Disponível em: < <http://www.ufes.br/ppgpsi/files/textos/Deleuze%20-%20O%20que%20%C3%A9%20um%20dispositivo.pdf> >. Acesso em: 8 maio 2011.

DeMAUSE, L. La evolución de la infânciã. In: _____ (Dir.). *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza, 1995.

DERRIDA, J. *Khôra*. Campinas: Papyrus, 1995a.

DERRIDA, J. *Salvo o nome*. Campinas: Papyrus, 1995b.

FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o direito*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, M. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. Aula de 15 de março de 1978; Aula de 22 de março de 1978. In: *Segurança território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 34. ed. Petrópolis, Vozes, 2007.

FOUCAULT, M. *Hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LE ROY, L. E. *Montaillou, village occitan de 1924 à 1325*. Paris: P.U.F., 1975.

LYMAN, Jr. Richard B. Barbarie y religión: la infânciã a fines de la época romana y comienzos de la Edad Média. In: DeMAUSE, L.(Dir.). *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza, 1995.

MARWICK, E. W. Natureza y educación: pautas y tendencias de la crianza de los niños en la Francia del siglo XVII. In: DeMAUSE, L.(Dir.). *Historia de la infancia*. Madrid: Alianza, 1995.

OLIVEIRA, E. A. S.; HEUSER, E. M. D. O investimento biopolítico da infânciã... p. 231-248.



PLATÃO. *Timeu*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

POLLOCK, L. A. *Forgotten children: parent-child relations from 1500 to 1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

ROUSSEAU, J. *Emílio (ou Da educação)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.



248



© Autor, com identificação do direito de primeira publicação da Revista Kalagatos.

OLIVEIRA, Eduardo Alexandre Santos de; HEUSER, Ester Maria Dreher. O investimento biopolítico da infância por meio do dispositivo de infantilidade, segundo Corazza: conexões com o pensamento foucaultiano. **Kalagatos**, Fortaleza, v. 14, n. 2, 2017, p. 231-248.

Recebido: abril de 2017.

Aprovado: junho de 2017.